

Cumaú ou Santo Antônio? Uma Abordagem Histórica Sobre o Forte no Igarapé da Fortaleza – AP.

Diovani Furtado da Silva, UNIFAP¹

Resumo

As invasões de holandeses, franceses e ingleses, juntamente com o processo de ocupação e defesa dos portugueses durante os séculos XVI e XVII, acabaram formando uma rede de fortificações ao longo do vale amazônico. Na região que corresponde, hoje, ao Estado do Amapá, os ingleses construíram um forte, denominado de Cumaú, que foi destruído pelos portugueses, sendo que anos mais tarde os lusos constroem uma fortificação no mesmo local da edificação inglesa, denominada como Fortaleza de Santo Antônio de Macapá. A partir de levantamento, revisão bibliográfica e análise do estudo histórico e arqueológico para identificação do Forte do Cumaú, este trabalho objetiva analisar as fortificações que foram construídas no distrito Igarapé do Lago, no Amapá.

Palavras – Chave: Invasões. Ocupação. Fortificações. Forte do Cumaú.

Abstract

The invasions of Dutch, French and English, together with the process of occupation and defense of the Portuguese during the 16th and 17th centuries, ended up forming a network of fortifications along the Amazon valley. In the region that today corresponds to the Amapá state, the English built a fort, called Cumaú, which was destroyed by the Portuguese, and years later the Portuguese built a fortification on the same site as the English building, known as Fortaleza de Santo Antônio de Macapá. From a bibliographical survey and review and analysis of the historical and archaeological study to identify the Forte do Cumaú, this work aims at analyzing the fortifications that were built in the Igarapé do Lago district, in Amapá.

Keywords: Invasions. Occupation. Fortifications. Fort of Cumaú.

Introdução

Nos séculos XVI e XVII, a região amazônica sofreu com invasões de nações que não participaram da partilha das terras recém-descobertas no continente que hoje chamamos de América. Essas invasões tinham o intuito de ocupar a região que Espanha e Portugal ainda não tinham ocupado. Assim, holandeses, franceses e ingleses, juntamente com os portugueses, constituíram uma rede de fortificações na região que, atualmente, corresponde ao Estado do Amapá.

À luz de uma abordagem histórica, este trabalho faz algumas considerações e reflexões a respeito do Forte do Cumaú, construído onde hoje é o distrito do Igarapé da Fortaleza, entre as cidades de Macapá e Santana, no Estado do Amapá. Além do mais, destaca-se a importância de investigar e, conseqüentemente, aprofundar as pesquisas acerca do referido forte, dada a

¹ Licenciado em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA (Polo Amapá), Mestre em Estudos de Fronteira pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Especialista em História do Amapá pelo Centro Universitário UNINTER, Especialista em História e Historiografia da Amazônia e em Gênero e Diversidade na Escola, ambas pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). E-mail: diovanisilvaap@gmail.com

confusão existente em relação à sua história, qual seja: se as ruínas são do Forte do Cumaú, construído pelos ingleses, ou da Fortaleza de Santo Antônio de Macapá, construída pelos portugueses, ambas no século XVII.

Desta maneira, o trabalho objetiva analisar as bibliografias relacionadas às fortificações citadas e o “Projeto de Pesquisa Histórica e Arqueológica para a Identificação do Forte do Cumaú”, realizado no ano de 2013, sob a coordenação do arqueólogo João Darcy Saldanha e o patrocínio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), na tentativa de valorizar a cultural material e a história do Amapá. Vale ressaltar, também, que a relevância do trabalho consiste em oferecer à comunidade em geral instrumentos que permitam maiores reflexões e elucidações sobre as fortificações que foram construídas nas terras do Cabo Norte, denominadas de Forte do Cumaú, no século XVII, hoje atual Estado Amapá.

Contexto histórico

Com as chamadas Grandes Navegações, os países europeus se lançaram ao mar e seguiram em direção ao chamado “Novo Mundo” em busca de riquezas. Portugal e Espanha, que iniciaram essa grande aventura de descobertas e domínios, logo dividiriam entre si as novas terras “descobertas” no além-mar mediante o Tratado de Tordesilhas, assinado em 07 de junho de 1494. Mais tarde, e por questões de demora na criação de um Estado unificado, outros países também se lançaram nessa empreitada, a fim de conquistar riquezas e novas terras para suas coroas, obedecendo ao processo de mercantilização que a Europa estava passando.

Durante os séculos XVI e XVII, nações como Holanda, França e Inglaterra tentaram se estabelecer na Amazônia, construindo fortes e feitorias ao longo do rio Amazonas e seus afluentes em uma tentativa de ocupação das terras do sertão amazônico, pois nem Espanha e tampouco Portugal tinham realizado a ocupação definitiva das terras setentrionais da colônia brasileira. Conforme Fortes (2000, p.160), “[...] a Amazônia, no século XVI, já fora explorada por franceses, holandeses, irlandeses e ingleses, que fundaram núcleos desde o litoral do Amapá até o baixo curso do rio Amazonas, ou seja, entre o Oiapoque e as proximidades da foz do rio Tapajós”. Os Estados Nacionais que não participaram da partilha das novas terras por meio do Tratado de Tordesilhas (1494) tentaram obter terras mediante a realização de invasões e comércio com os ameríndios amazônicos.

Assim, durante essas tentativas de ocupação, surge na Amazônia o que Fortes (2000) vai denominar como “rede de fortificações”, obedecendo a uma dinâmica de apropriação e controle dos recursos que esta região poderia oferecer a esses povos de além- mar. Neste sentido, esta

“rede de fortificações” forjada nos séculos XVI e XVII vai incluir os fortes de holandeses, franceses e ingleses que tentaram uma ocupação ou mesmo uma “invasão” nesta porção do espaço amazônico. Sobre esta questão, Sarney e Costa destacam que:

os holandeses teriam começado a visitar a região norte por volta de 1598. Logo havia plantações e fortes holandeses no Xingu, chamados de Orange e Nassau. Por volta de 1610 tinham feitorias também entre o Jari e Macapá, na região dos tucujus. Em 1616, Jan de Moor, burgomestre do grande porto de Flessinga, chefiava companhia holandesa para explorar estabelecimentos na Amazônia. Pieter Ariansson foi instalar-se próximo ao rio Jenipapo, criando uma colônia e um forte (SARNEY; COSTA, 1999, p. 48).

Nesse processo, cabe lembrar que Espanha e Holanda eram nações inimigas e que os Países Baixos estavam tentando se fixar ao sul da região que hoje corresponde ao atual Estado do Amapá, na região conhecida como vale do Jari. Além disso, ressalta-se que, nesse período, Portugal e suas colônias estavam sendo administradas pela Espanha na chamada União Ibérica (1580 – 1640). Assim, os portugueses acabaram por adentrar no vale amazônico e, a serviço da coroa espanhola, começaram a expulsar os invasores. Na preocupação de afugentar os invasores da região, o capitão-mor Bento Maciel Parente, que mais tarde será o donatário da Capitania do Cabo Norte (1637), juntamente com Luís Aranha de Vasconcelos, destruiu as fortificações holandeses na região. Além de Bento Maciel Parente, o sertanista Pedro Teixeira também estava inserido no processo de expulsão dos invasores, como destaca Silva:

em maio de 1625, PEDRO TEIXEIRA arranca dos holandeses os dois fortes do Xingu. Eles se refugiaram novamente junto aos ingleses, no braço guianense do Amazonas. Mas o Português leva à morte a uns e outros: três fortes são tomados; o chefe holandês e o chefe inglês estão entre esses mortos; alguns Ingleses e um grande número de Holandeses são levados ao Pará e outros fogem apavorados para além do Oiapoque (SILVA, 2010, p. 40).

De acordo com Silva (2010), a região para além do Oiapoque é o lado esquerdo do rio Oiapoque, que atualmente corresponde à Guiana Francesa – área esta que faz limite tanto com o Amapá quanto com o Suriname, o qual, por muito tempo, foi uma colônia holandesa. Dessa forma, em meio aos conflitos com os portugueses, os holandeses se uniram por um momento aos ingleses até serem expulsos definitivamente da região do Cabo Norte e do Pará. Os ingleses, inclusive em suas expedições pela Amazônia, já estavam até batizando os acidentes geográficos, tal como afirmam Sarney e Costa:

[...] em 1596 Lawrence Keymis, enviado por Raleigh, explora o estuário do Amazonas, e do Araguari ao cabo do Norte, depois a costa da Guiana até o Orinoco. É Keymis quem faz conhecer o rio de Vicente Pinzón como *Oiapoque*, seu nome indígena. Ao futuro cabo Orange dá o nome de *cap Cecyll*. Ainda por conta de Raleigh, Leonard Berrie explora em 1597 do Cabo Norte ao Orinoco (SARNEY; COSTA, 1999, p. 47).

Além de batizarem os lugares em nome do rei James I, os corsários ingleses pouco a pouco estavam ocupando a região e construindo feitorias que não ficavam isoladas, uma vez que se mantinham em contato com a coroa inglesa e serviam de interposto comercial na região. A respeito da construção de fortes pela Amazônia e da consequente tentativa de ocupação da região, os ingleses se destacaram ao construir algumas fortificações pelo território do Cabo Norte (atual Estado do Amapá). Em relação a este fato, Santos (2006) sustenta que:

os ingleses comprovadamente começaram a incursionar pelas terras que hoje são amapaenses, a partir de 1597. Em 1623, estavam estabelecidos em duas fortificações denominadas de Tilletite e Urimuacá, no vale do rio Cajari, mas, ainda nesse ano foram expulsos pelo capitão Pedro Teixeira [...] (SANTOS, 2006, p. 11).

Os objetivos dos ingleses em construir fortes pela Amazônia eram diversificados, com destaque à fixação nas terras amazônicas e ao comércio realizado junto aos ameríndios. Isto porque, conforme Reis (1968, p. 25), os ingleses, “[...] partiram para a América do Sul; costa venezuelana e guianense, entre o Orenoco e o Oiapoc. Depois, o litoral entre êste último acidente geográfico e o Amazonas, que penetraram e onde lançaram igualmente as bases de uma área colonial”. Dessa maneira, os propósitos dos ingleses eram os mesmos de outras nações (Espanha, Portugal, Holanda e Irlanda), quais sejam: se fixar na região, começando um processo de mercantilização, e encontrar riquezas tanto minerais como naturais que ajudassem no enriquecimento dos colonos e da coroa inglesa.

Com a ideia de fixação na região amazônica, os ingleses construíram fortificações e feitorias ao longo das terras que hoje são amapaenses. As bases coloniais que os ingleses estavam plantando na Amazônia eram a “lavoura do tabaco e do urucu” (Reis, 1968, p. 27); especiarias estas que, à época, tinham certo valor no mercado internacional. Fora os fortes Tilletite e Urimuacá, os ingleses ainda construíram outros pelas terras do Cabo Norte, os quais, segundo o levantamento de Castro (1999), foram os seguintes: Forte do Torrego I (1612), Casa Forte do rio Felipe (1620), Forte do Torrego II (1629), Forte do North (1629) e o Forte do Cumaú (1632). De acordo com Castro (1999), um ponto importante sobre estas fortificações citadas é que todas não possuem vestígios localizados.

Outro fator que merece atenção é que, além dessas fortificações não serem isoladas, já

que, conforme afirma Reis (1968, p. 29), “uma frota especial garantiria os estabelecimentos e o intercâmbio mercantil”, elas foram construídas em conjunto com os índios que se localizavam na região. Nesse sentido, o referido autor ressalta que “[...] o perigo eminente era maior porque a indiada local preferia os ingleses [...], dado a tratamento mais efetivo que aquêles lhe dispensavam” (Reis, 1968, p. 30). Assim, nota-se que a relação entre os indígenas e os portugueses na época colonial foi de submissão e extermínio de muitos povos ameríndios, sendo um dos motivos para a preferência pelos ingleses.

Portugal, com medo de perder as terras no extremo norte da colônia, montou uma ofensiva para destruir e punir os “invasores” e os gentios, pois, segundo Reis (1968, p. 31), “Hereges e naturais de comum acôrdo podiam, positivamente, pôr em sério perigo a permanência de Portugal ali. Daí por diante passando-se à ação militar, não cessou a ofensiva”. Dessa maneira, todos os fortes foram destruídos sob determinação de Portugal, contudo, deve-se ressaltar que os locais que abrigavam essas fortificações acabaram sendo reaproveitados pela Coroa portuguesa, que, considerando a posição estratégica desses lugares, mandou erguer outras fortalezas nesses espaços, como, por exemplo, o Forte do Cumaú, onde mais tarde foi construído o Forte de Santo Antônio de Macapá.

Forte do Cumaú – 1632

Depois da destruição do Forte do North, em 1631, os ingleses não desistiram de ocupar as terras setentrionais da colônia. Sobre isso, Santos (2006, p. 12) acrescenta que “em 1632, uma companhia da Inglaterra, presidida pelo duque Buckingham, enviou à região uma expedição comandada por Roger Fry”. Assim, o corsário inglês tornou-se comandante do Forte do North, estabelecendo-se em um sítio denominado como Cumaú, nas proximidades da região de Macapá.

Roger Fry, com o apoio do duque de Buckingham, construiu uma fortificação nesta região, batizando-a de Forte do Cumaú. Castro (1999, p. 149), por sua vez, enfatiza que o Forte do Cumaú se localizava “no rio Matapi, em sua margem esquerda”. A referida fortificação foi criada no intuito de servir como suporte para uma possível colonização inglesa nas terras do Cabo Norte: “o forte inglês de Cumaú foi uma rudimentar fortificação estrangeira construída em madeira em fins de 1631 – ou início de 1632, às pressas, por uma tropa de 40 aventureiros comandados pelo capitão Roger Fry, em um antigo sítio de índios cumauzes [...]” (Santos, 2014, n. p.). Em sua maioria, as fortalezas das nações chamadas invasoras na região do Cabo Norte eram feitas em madeiras, extraídas da própria região.

No que diz respeito à vida nestes espaços, Castro (1999, p. 152) pontua que “26 dos quarenta colonos tinham padecido pela fome e doenças causadas pela falta de apoio indígena [...]”. Ainda segundo o referido autor, essa falta de apoio por parte dos indígenas se deu pelo medo que os gentios tinham dos portugueses. Em vista disso, o Forte de Cumaú não durou por muito tempo, haja vista que, seis meses após sua construção, foi destruído por uma tropa portuguesa sob o comando dos capitães Pedro Baião de Abreu e Feliciano Coelho de Carvalho. Nesta investida, o comandante inglês não se encontrava na fortificação: “[...] o comandante do forte Roger Fry não assistiu o combate, porque fôra ao encontro de um navio que lhe trazia importantes socorros” (Viana, 1905, p. 242). Assim sendo, o comandante inglês só foi morto em 14 de julho de 1632, pelas mãos do capitão Ayres Chichorro, a mando de Feliciano Coelho.

Com o forte destruído e seu comandante morto, os pertences dos colonos ingleses foram confiscados e divididos entre os soldados portugueses, que, Santos (2014, n. p.), depois voltaram “[...] para a fortaleza de Santo Antônio de Gurupá e o que restava da fortificação, ou seja, o madeirame carcomido pelo tempo e insetos foi engolido pela floresta por décadas [...]”. Alguns anos depois, com o pensamento de uma defesa melhor do território, os portugueses vão construir um forte com a denominação de Fortaleza de Santo Antônio de Macapá, no local do Forte do Cumaú (Carvalho, 1998).

Fortaleza de Santo Antônio de Macapá – 1688

O comércio feito por estrangeiros para com os índios do vale amazônico ainda permanecia grande, inclusive nas terras do Cabo Norte e mesmo com as investidas dos portugueses nos fortes de outras nações construídas pela região (Picanço, 1981). Na tentativa de acabar com esse comércio clandestino na Amazônia, veio a autorização do rei de Portugal, D. Pedro II, para construção de uma fortificação que pudesse fazer o patrulhamento da área. Na época, o governador geral do Maranhão era Gomes Freire de Andrade, e Castro (1999) descreve que:

[...] com esta autorização o governador partiu, no ano seguinte, com uma comissão para o Amapá, a fim de precisar o melhor sítio para a construção de fortificações no Cabo Norte, sendo um dos locais escolhidos o “sítio de Cumaú”, onde já esteve outra fortaleza, que as armas portuguesas ganharam aos ingleses [...] (CASTRO, 1999, p. 159).

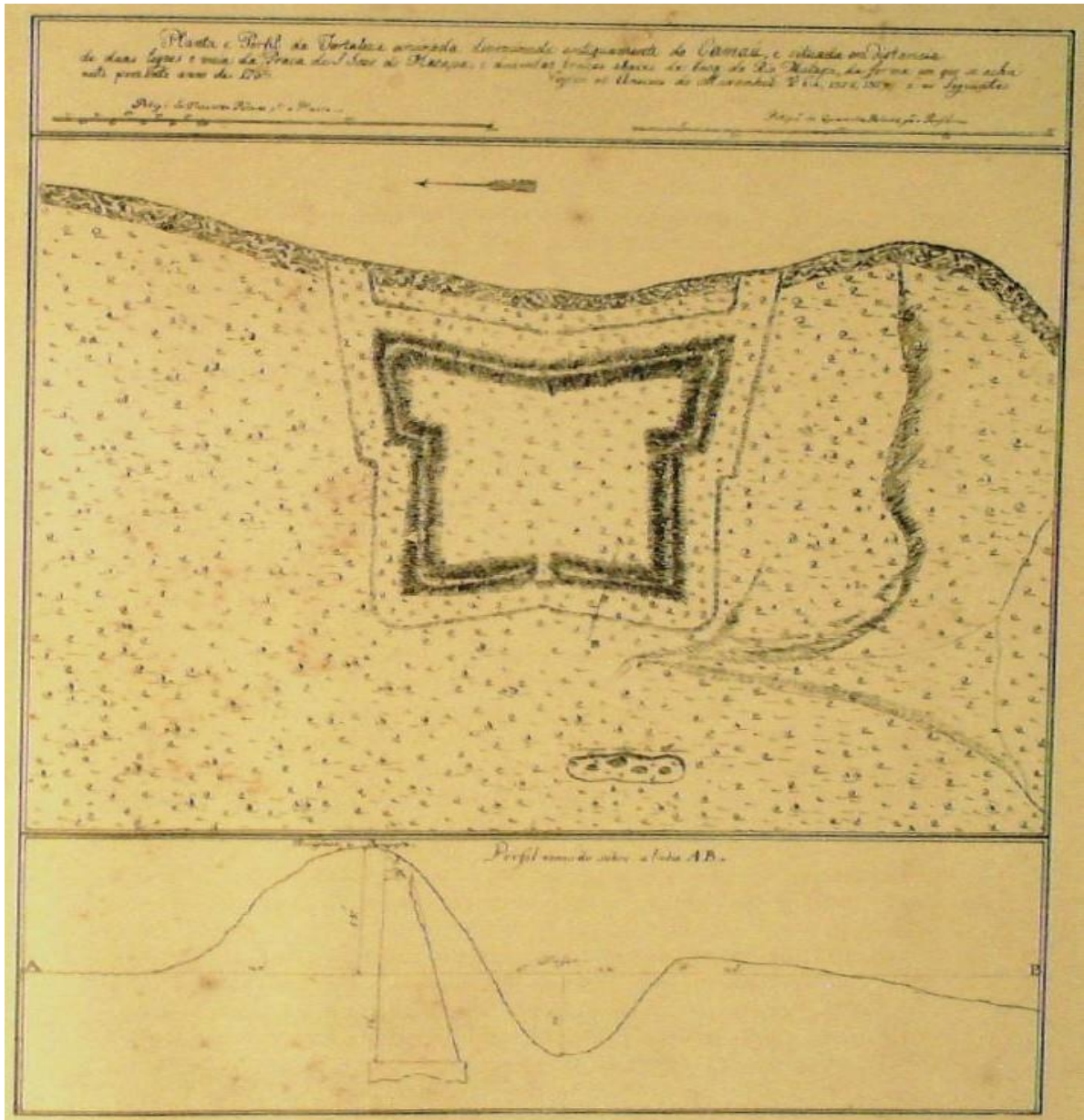
Nesse sentido, o sítio de Cumaú já era visto como ponto estratégico pelos ingleses no ano de 1631 e os portugueses, por sua vez, só confirmaram a importância da localidade para a defesa da região 56 anos depois da derrubada do forte construído por aqueles na região. A

escolha do local para se construir a nova fortificação portuguesa ficou sob a responsabilidade do governador Gomes Freire de Andrade (Picanço, 1981). Ainda sobre o local para a construção da fortificação citada, Santos (2014, n. p.) pondera que “[...] após uma limpeza no terreno, iniciaram a construção da Fortaleza de Santo Antônio de Macapá que foi concluída em 1695 [...]”. Nesse momento, é importante destacar que nascia a base para a formação da Vila de São José de Macapá.

Conforme Saldanha (*apud* Reis, 2013, p. 37), “[...] a obra estava pronta e possuía a forma de quatro peças de artilharia, ela possuía um fosso e possuía a forma de um polígono com defesas para o mar, assim como para a terra. Além disso, tinha sido fortificada ao moderno método dos lusitanos [...]”. Depois de dois anos construída, a imponente fortaleza foi tomada pelos franceses da Guiana mediante o comando do marquês de Fèrroles, governador da Guiana Francesa. Nesse contexto, os franceses queriam anexar a região aos seus domínios, o que ocasionou uma disputa territorial entre França e Portugal; disputa esta que continuaria entre França e Brasil, após a independência brasileira, findando somente em 01 de dezembro de 1900, com a confirmação das terras como de direito brasileiras.

Nesse processo, na época da tomada da referida fortificação pelos franceses, Picanço (1981, p. 56) destaca que “o comandante da fortaleza de Santo Antônio de Macapá, era Manoel Pestana de Vasconcelos, que não ofereceu resistência precisa, para conter o invasor”. Em sua argumentação, o Barão do Rio Branco (2008) relata que os franceses afirmaram ter uma fortificação na localidade no ano de 1698, sendo que eles tomaram o forte e, logo em seguida, foram expulsos pelos portugueses a mando do governador do Grão-Pará, Antônio Albuquerque Coelho de Carvalho.

Figura 01: Planta baixa da Fortaleza de Santo Antônio de Macapá, de 1765, indicada por muitos autores como sendo o Forte do Cumaú.



Fonte: Viana (1905, p. 244).

Ademais, Santos (2014, n. p.) lembra que “[...] no mês seguinte (a Fortaleza de Santo Antônio de Macapá) foi reconquistada e no local permaneceu uma companhia de soldados até 1710, quando foi abandonada [...]”. Boa parte da população que morava ao redor acabou migrando para a região onde foi construída a Fortaleza de São José, no século XVIII.

Em relação ao uso da Fortaleza de Santo Antônio, Castro (1999, p. 162) argumenta que “[...] devido a uma diminuição de sua importância, ou por causa da paz na Europa após as guerras de Sucessão Espanhola [...]. O certo é que a Fortificação erguida nos métodos modernos pelos portugueses foi abandonada e foi pouca utilizada, pois teve uma ‘existência precária’”. No século XVIII, a Fortaleza de Santo Antônio de Macapá funcionou de modo precário para dar

apoio aos trabalhadores que estavam na construção de outra fortificação em Macapá.

Nesse cenário de precariedade e abandono da fortificação no rio Matapi, Castro (1999, p. 162) salienta que “já no século seguinte, em 1877, se escrevia sobre o forte: ‘ainda hoje se encontram na costa fronteira [a ilha de Santana] destroços d’uma antiga fortificação (...) conhecida por Santo Antônio de Macapá [...]’”. Considerando estas circunstâncias, destaca-se a pesquisa histórica e arqueológica para a identificação do Forte Cumaú, realizada no ano de 2013, sob a coordenação do arqueólogo João Darcy Saldanha.

Identificação das Ruínas: Cumaú ou Santo Antônio?

O “Projeto de Pesquisa Histórica Arqueológica para a Identificação do Forte no Igarapé da Fortaleza” teve como primeira etapa o levantamento de acervos documentais e bibliográficos sobre os fortes em questão. Esta etapa constituiu-se de suma importância para construir uma síntese histórica e um levantamento cartográfico sobre as duas fortificações do século XVII. Conforme Saldanha (2013, p. 05), “a partir das atividades realizadas no que tange a pesquisa de documentação histórica, foi possível observar que o local do Forte do Cumaú encerra uma importante parcela da história do Amapá ainda bastante desconhecida [...]”.

O levantamento de documentação, por seu turno, foi realizado em diversas instituições: “com o levantamento que realizamos de acervos e fontes disponíveis, tanto em instituições públicas quanto privadas, notamos que as informações sobre essa fortificação são [...] escassas e diminutas [...]” (Saldanha, 2013, p. 05). Esta afirmação comprova que a história do Amapá é rica, embora muito ainda tenha que ser feito pela sua historiografia, principalmente no que tange à época colonial.

Em sua análise, Saldanha (2013, p. 05) afirma que “apesar das escassas referências ao forte do Cumaú na documentação escrita, é interessante ressaltar que a pesquisa de cartografia histórica demonstra sua marcação cartográfica já no século XVI [...]”. Nesse sentido, a conclusão da primeira parte da pesquisa destaca que foram construídos dois fortes no mesmo lugar, o primeiro pelos ingleses e o segundo pelos portugueses. Como a fortaleza portuguesa ficava no “sítio de Cumaú”, a mesma foi chamada por muitos, inclusive em documentação, de forte do Cumaú português (Saldanha, 2013). Contudo, esta observação já tinha sido feita por Castro (1999), uma vez que, dado o fato de a Fortaleza de Santo Antônio de Macapá ter sido construída no mesmo local do forte inglês e no “sítio de Cumaú”, muitos lhe atribuíam essa denominação.

Em outra etapa da pesquisa, foi realizado um levantamento cartográfico e cadastral sobre os fortes em questão. Sobre isso, Saldanha (2013) assinala que:

[...] durante a realização da pesquisa histórica e documental, já havíamos percebido que o chamado Forte Cumaú carece de documentação iconográfica, havendo tão somente um produto cartográfico conhecido [...] este documento, produzido após o abandono da fortificação, oferece detalhes importantes para sua identificação (SALDANHA, 2013, p. 74).

Dessa maneira, este único produto cartográfico é da Fortaleza de Santo Antônio de Macapá, construída pelos portugueses, e não do Forte do Cumaú, construído pelos ingleses. Sobre esse mesmo documento, que já foi apresentado neste trabalho, destaca-se que em nenhuma documentação consultada é possível encontrar alguma iconografia do forte inglês. Além disso, a pesquisa também detectou que a área onde está localizada a fortificação é um terreno da marinha, ou seja, mesmo o terreno sendo da marinha, o local foi ocupado e contou com a construção de um depósito. Conforme Saldanha (2013, p. 82), “o Boletim de Informação de Cadastramento Imobiliário do terreno onde estão localizadas as estruturas do Forte do Cumaú [...] é indicado como proprietário a empresa Dabel - Distribuidora Amapaense de Bebidas Ltda, sem referência a CNPJ e sem indicação de pessoa física”. A Figura 2 indica o mapeamento dos lotes urbanos no distrito do Igarapé da Fortaleza.

Figura 02: Mapeamento de lotes urbanos no Igarapé da Fortaleza, disponibilizado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e de Resíduos Sólidos (SEMDURES) da Prefeitura Municipal de Santana. O terreno de interesse deste projeto está hachurado com mais intensidade, e tem como indicação de propriedade a “Dabel – Distribuidora Amapaense de Bebidas Ltda”.

material arqueológico em superfície [...]”. Este trabalho, portanto, foi de suma importância para um melhor mapeamento da área e dos achados arqueológicos, com destaque para a realização de uma série de tradagens, no total foram 12, com variações de 18 cm a 60 cm de profundidade e 15 cm de diâmetro, conforme assinala Saldanha (2013, p. 107): “nosso objetivo em fazer esta atividade não era apenas observar a presença de peças arqueológicas em sub-superfície, mas principalmente observar o comportamento das camadas estratigráficas”.

Em outra etapa, fez-se a apresentação geral das unidades de intervenção, na qual, de acordo com Saldanha (2013):

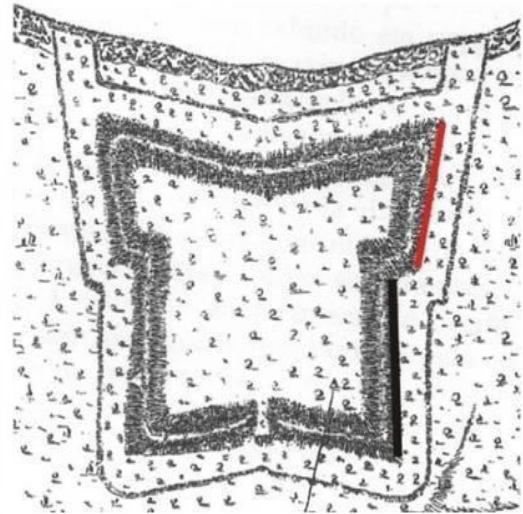
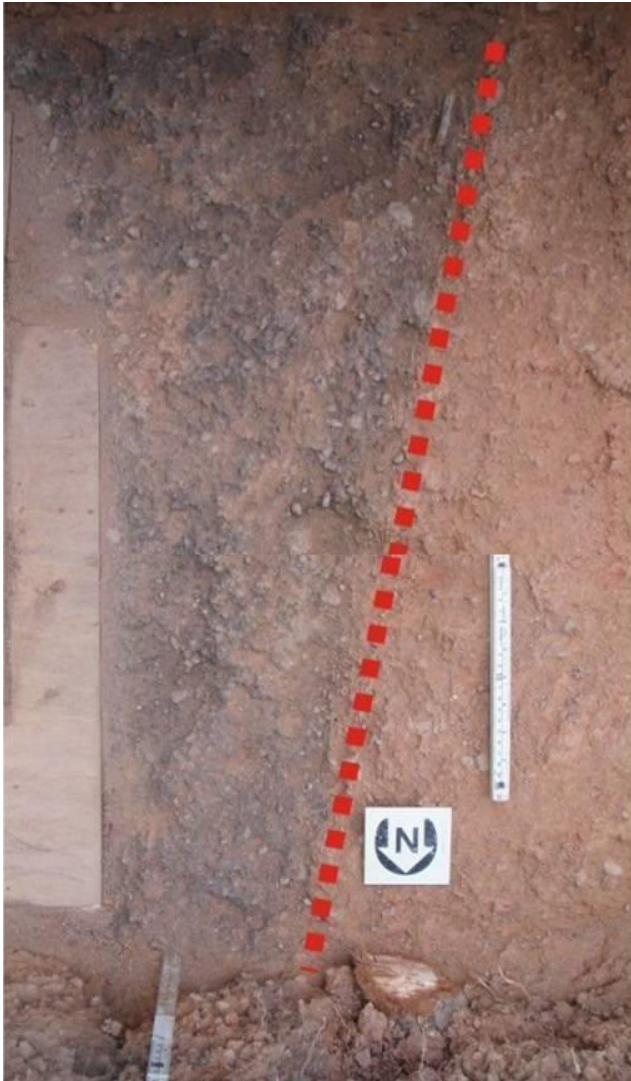
as escavações realizadas tiveram como objetivo identificar o potencial arqueológico do bem, e, portanto, não visavam abarcar amplas áreas do sítio [...] optamos por realizar intervenções em quatro áreas distintas, que permitiram a identificação da tecnologia construtiva, dos componentes estratigráficos e da variação nas densidades e tipos de materiais arqueológicos presentes. (SALDANHA, 2013, p. 109).

As observações sobre o trabalho de intervenções arqueológicas foram bastante positivas. Descobriu-se, assim, um rico acervo de material a disposição de estudos para tentar formular narrativas históricas sobre a fortificação do século XVII. Acerca desses resultados, Saldanha (2013) diz que:

[...] os resultados foram ainda mais relevantes do que o esperado. Para além de observarmos o mesmo processo de construção nos dois pontos, sugerindo a congruência desta técnica talvez por todo amuralhamento, identificamos um elemento que confirma serem estes os vestígios do Forte Cumaú. Com isso, as escavações arqueológicas somam-se à história oral partilhada pelos moradores, e conflui com a única iconografia detalhada deste forte histórico. Foi de fato uma surpresa alcançarmos um resultado tão relevante em uma pesquisa ainda embrionária (SALDANHA, 2013, p. 124).

É necessário ressaltar que o arqueólogo cita o Forte do Cumaú, e, de acordo com as referências estudadas, pode-se verificar que a referida fortificação foi construída em madeira. Outro fator importante é que, em sua pesquisa, ele utiliza a iconografia da Fortaleza de Santo Antônio de Macapá, encontrada na obra de Viana (1905). Dessa forma, tem-se que as ruínas encontradas são da Fortaleza de Santo Antônio, que sempre é confundida com o forte inglês que por muitos estudiosos também é chamado de Forte do Cumaú, sobretudo por ter sido construída no local da fortaleza inglesa.

Figura 03: Relação entre as evidências materiais e as iconográficas que permitiu identificar as ruínas como sendo a fortificação histórica conhecida como Forte Cumaú.



Detalhe do limite da taipa de formigão observada na Trincheira 1, em que alinhamento dessa parede (destacado com linha tracejada) repete o detalhe da estrutura da fortificação representada na iconografia de 1765 (modificado de Viana 1905).

Fonte: Saldanha (2013, p. 118).

Na última etapa dos trabalhos arqueológicos, por seu turno, foram feitos estudos de laboratório sobre o material arqueológico recuperado durante as pesquisas. Este trabalho foi relevante em virtude da obtenção de informações sobre a composição do sítio. Em relação a isto, Saldanha (2013) pondera que:

todos os artefatos selecionados foram lavados com água e, após a secagem, numerados com tinta nanquim. Cada peça foi individualmente numerada, segundo o sítio, a posição geográfica da coleta (unidades de coleta, estruturas etc.). Foi realizada a contagem e classificação da natureza do material, segundo os seus aspectos morfológicos [...] na quantificação dos materiais do sítio, obtiveram-se os seguintes números totais: 2935 fragmentos de cerâmica indígena, 46 artefatos líticos, 17 fragmentos de vidro, 18 fragmentos de faiança, 201 fragmentos de tijoleiras, 5 fragmentos de metal, 1093 fragmentos de telha e 352 fragmentos de cerâmica construtiva, os quais, devido ao estado de fragmentação, foram impossíveis de determinar se tratavam-se de telhas ou tijoleiras. (SALDANHA, 2013, p. 129 - 130).

Como pode ser observado até aqui, foram encontrados vários vestígios derivados de etnias indígenas e, segundo o relatório do Projeto em questão, foram 62% do material coletado. Nas observações gerais sobre a coleção arqueológica, Saldanha (2013) explica que:

[...] tal evidência aponta para duas direções: A fortificação foi erguida sobre um antigo sítio arqueológico indígena, anterior ao contato; ou havia um denso povoamento indígena no local para dar suporte à fortificação. Pode ainda ter havido ambas situações: o forte foi construído sobre um assentamento antigo indígena (o que é atestado pela presença de terra preta arqueológica na construção de suas paredes) e houve um adensamento indígena no entorno do Forte [...] (SALDANHA, 2013, p. 149).

Com esses achados arqueológicos, pode-se acreditar que, possivelmente, tanto ingleses como portugueses tiveram ajuda dos indígenas locais, seja para a construção, seja para o suporte e para manutenção das fortificações de Cumaú. Por meio dos trabalhos arqueológicos e dos estudos bibliográficos, apesar das referências serem escassas, como já foi mencionado, ficou claro que as ruínas encontradas no Igarapé da Fortaleza² são da Fortaleza de Santo Antônio de Macapá.

Considerações Finais

Há muito tempo o homem vem tentando fazer (re) interpretações de seu passado. Assim, em busca de conhecimento sobre relações sociais do próprio homem, o mesmo utiliza-se de metodologias de várias ciências que, ao passar do tempo, acabaram se auxiliando. Este é o caso, por exemplo, da História e da Arqueologia, duas ciências que andam juntas, pois as duas disciplinas estão em constante diálogo, muito embora ambas possuam métodos diferenciados.

As duas ciências, na tentativa dessa (re) interpretação do passado, auxiliam-se ao analisar os registros escritos e a cultura material do passado, contudo, há uma necessidade de um embasamento das duas ciências para que os profissionais possam contextualizar e/ou pelo menos tentar criar interpretações acerca do passado do homem e suas relações socioculturais. Nesse sentido, a pesquisa histórica cada vez mais vai se estruturando com a interdisciplinaridade e, desta maneira, utilizando fontes da Arqueologia.

Mediante esta interdisciplinaridade, utilizada no projeto de pesquisa para identificação do Forte do Cumaú, conclui-se que o mesmo, construído pelos ingleses em 1631 e posteriormente destruído pelos portugueses no ano de 1632, e a Fortaleza de Santo Antônio de Macapá, construída pelos portugueses em 1688 e terminada sete anos mais tarde, são

² Mediante estudos de história oral, foi possível identificar que o distrito tem esse nome exatamente por causa da construção do Forte do Cumaú e da Fortaleza de Santo Antônio de Macapá.

fortificações diferentes: a inglesa, mais rudimentar, funcionou de forma precária, enquanto a portuguesa, muitas vezes identificada como “Forte Cumaú”, foi construída nos moldes modernos lusitanos da época.

Assim, tanto ingleses quanto portugueses construíram suas fortificações com a ajuda e perto de assentamentos indígenas, tanto que na pesquisa arqueológica foram encontrados materiais de providência indígena. Desse modo, acredita-se que as ruínas que se encontram no distrito do Igarapé da Fortaleza são da fortificação portuguesa, que muitos a chamavam e ainda chamam de “Forte do Cumaú”.

Referências

- BARÃO DO RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos. **Questões de Limites: Guiana Francesa**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008.
- CARVALHO, João Renôr Ferreira de. **Momentos de História da Amazônia**. Imperatriz: Ética, 1998.
- CASTRO, Adller Homero Fonseca de. O Fecho do Império: História das Fortificações do Cabo Norte ao Amapá de Hoje. In: GOMES, Flávio dos Santos (Org.). **Nas Terras do Cabo Norte: Fronteiras, Colonização e Escravidão na Guiana Brasileira – Séculos XVIII / XIX**. Belém: Editora Universitária, 1999. P. 129 - 193.
- FORTES, Mírcia Ribeiro. **A Rede de Fortificações na Amazônia Brasileira: uma abordagem sobre a militarização (séculos XVII e XVIII)**. Somanlu, v.1, nº 1 – 2000.
- PICANÇO, Estácio Vidal. **Informações Sobre a História do Amapá (1500 – 1900)**. Macapá: Imprensa Oficial, 1981.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. **A Amazônia e a Cobiça Internacional**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 1968.
- SALDANHA, João Darcy de Moura. **Projeto de Pesquisa Histórica e Arqueológica Para Identificação do Forte Cumaú**. IEPA. Relatório Final, 2013.
- SANTOS, Fernando Rodrigues dos. **Equívocos e inverdades Sobre a história do Amapá**. Texto extraído da página do facebook do autor, acessado dia 24/02/2014, as 21:06.
- SANTOS, Fernando Rodrigues dos. **História do Amapá**. 7ª Ed. Belém – PA: Graf Norte, 2006.
- SARNEY, José e COSTA, Pedro. **AMAPÁ: terra onde o Brasil começa**. Brasília: Senado Federal, 1999.
- SILVA, Joaquim Caetano. **O OIAPOQUE E O AMAZONAS – UMA QUESTÃO BRASILEIRA E FRANCESA**. 4ª edição, Campinas – IFCH - Unicamp, 2010.
- VIANA, Arthur. As Fortificações da Amazônia. In: **Annaes da Bibliotheca e Archivo Público. Tomo IV**, 1905.